

O ASSASSINATO DE JOVENS NEGROS NO BRASIL PELA VIOLÊNCIA POLICIAL NA PERSPECTIVA DO RACISMO ESTRUTURAL E A ATUAÇÃO PROFÉTICA DA PASTORAL AFRO-BRASILEIRA (PAB) FRENTE AOS ASSASSINATOS

THE MURDER OF YOUNG BLACKS IN BRAZIL BY POLICE VIOLENCE IN THE PERSPECTIVE OF STRUCTURAL RACISM AND THE PROPHETIC ACTION OF THE AFRO-BRAZILIAN PASTORAL MINISTRY (PAB) AGAINST THE MURDERS

Jean Gilson dos Santos¹

RESUMO

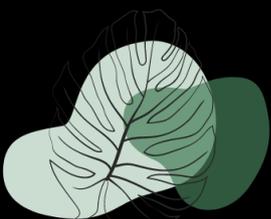
O presente artigo tem por objetivo analisar o assassinato de jovens negros no Brasil pela violência policial, a partir das concepções de racismo estrutural e de necropolítica, bem como compreender o que é a Pastoral Afro-Brasileira (PAB) e sua atuação frente ao genocídio da população negra no Brasil. Buscou-se realizar um levantamento de dados referentes ao assassinato de jovens negros no Brasil, fornecidos por órgãos especializados: Atlas da Violência (2021) e Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019). Após o levantamento dos dados, examinou-se o fenômeno a partir das seguintes obras: “Racismo Estrutural” (Almeida, 2019), “O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado” (Nascimento, 1978) e “Necropolítica” (Mbembe, 2018). Em um terceiro momento, realiza-se uma análise sobre a gênese e o papel da Pastoral Afro-Brasileira no combate ao assassinato de jovens negros no Brasil pela violência policial. A partir desta análise, é possível afirmar que o Brasil vive um verdadeiro genocídio da juventude negra, e que o assassinato de jovens negros no Brasil só se sustenta e perpetua graças ao racismo estrutural que oferece as bases históricas, técnicas e ideológicas para a manutenção desta realidade de violência e morte. Frente a essa realidade de genocídio contra a juventude negra brasileira, a Pastoral Afro-Brasileira (PAB) desempenha um papel de grande relevância na denúncia e no combate ao assassinato de jovens negros pela violência policial, assim como no processo de desconstrução histórica do racismo estrutural e na exaltação da negritude e da cultura afro-brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Assassinato. Jovens Negros. Necropolítica. Racismo Estrutural. Violência Policial.

ABSTRACT

The aim of this article is to analyze the murder of young black people in Brazil by police violence, based on the conceptions of structural racism and necropolitics, as well as to understand what the Afro-Brazilian Pastoral is and its actions in the face of the genocide of the black population in Brazil. We sought to gather data on the murder of young black people in Brazil, provided by specialized agencies: Atlas of Violence (2021) and the Brazilian Yearbook of Public Security (2019). After surveying the data, the phenomenon was examined using the following works: Racismo Estrutural (ALMEIDA, 2019), O Genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado (NASCIMENTO, 1978, 49) and Necropolítica (MBEMBE, 2018). In a third section, an analysis is made of the genesis and role of the Afro-Brazilian Pastoral in combating the murder of young black people in Brazil by police violence.

¹ Graduado em Bacharelado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC/Campinas). E-mail: jeangil2017@hotmail.com.



Based on this analysis, it is possible to affirm that Brazil is experiencing a true genocide of black youth, and that the murder of young black people in Brazil is only sustained and perpetuated thanks to Structural Racism, which provides the historical, technical and ideological bases for maintaining this reality of violence and death. Faced with this reality of genocide against Brazil's black youth, the Afro-Brazilian Pastoral (PAB) has played an extremely important role in denouncing and combating the murder of young black people by police violence, as well as in the process of seeking to deconstruct the history of structural racism and in favor of exalting blackness and Afro culture.

KEYWORDS (fonte 12): Murder. Black youth. Necropolitics. Structural Racism. Police Violence.

1 INTRODUÇÃO

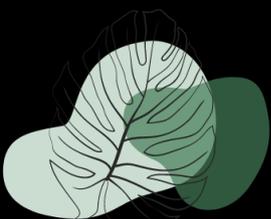
O Brasil, durante mais de trezentos anos, conviveu e se estruturou a partir da realidade da mão de obra escrava dos negros vindos da África e de seus descendentes, sendo o trabalho escravo a espinha dorsal do país. (Nascimento, 1978, p. 49). Juntamente com a instalação do sistema escravocrata no país, iniciou-se um processo de verdadeiro genocídio contra a população negra.

Os negros no Brasil eram tratados como “peças” substituíveis, onde a vida de um negro que morria por problemas de saúde, sem receber assistência médica, ou a alta mortalidade infantil eram ignoradas, visto que a proximidade da costa brasileira com a costa africana tornava barata a substituição dessas “peças”, isto é, das vidas humanas ceifadas (Nascimento, 1978, p. 58).

Hoje, após 135 anos do advento da Lei Áurea em 1888, e mesmo após a redemocratização brasileira, com a promulgação da Constituição "Cidadã" de 1988, onde foram afirmados os princípios do estado democrático de direito e a igualdade de todos perante a lei, ainda se observam altos índices de homicídios contra negros no Brasil. A maioria das vítimas são jovens, negros e pobres, conforme destacou o relatório final do Senado Federal sobre o assassinato de jovens, que afirma que “a cada 23 minutos ocorre a morte de um jovem negro no Brasil” (Brasil, 2016, p. 32).

Um dos fatores que mais se destacam nos assassinatos é que uma parcela significativa desses jovens tem suas vidas ceifadas pelas mãos daqueles que, segundo a Constituição Federal (CF), têm o dever de velar pela segurança e a ordem pública, isto é, agentes de segurança pública. São frequentes nos noticiários os informes sobre os assassinatos de jovens negros em ações policiais nas comunidades periféricas, onde a justificativa é sempre a de que os jovens assassinados morreram após reagir durante operações policiais.

Diante de tal fato, uma pergunta não pode ficar sem resposta: por que no Brasil se matam tantos jovens negros e por que essas mortes são banalizadas na sociedade, sendo que muitas vezes não são apenas banalizadas, mas até mesmo apoiadas e defendidas por uma camada representativa



da sociedade? Frente a tal questionamento, é importante destacar a principal causa: o racismo estrutural.

O racismo, mais uma vez, permite a conformação das almas, mesmo as mais nobres da sociedade, à extrema violência a que populações inteiras são submetidas, que se naturalize a morte de crianças por “balas perdidas”, que se conviva com áreas inteiras sem saneamento básico, sem sistema educacional ou de saúde, que se exterminem milhares de jovens negros por ano, algo denunciado há tempos pelo movimento negro como genocídio (Almeida, 2019, p. 75-76).

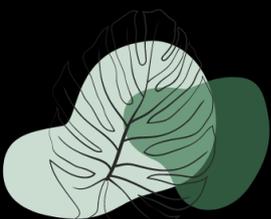
Frente ao crescente número de jovens negros assassinados no Brasil pela violência policial, conforme dados estatísticos especializados, e às denúncias da prática de genocídio contra a juventude negra brasileira feitas pelos movimentos negros, especialmente pela Pastoral Afro-Brasileira, esta pesquisa buscou analisar essa realidade social de forma crítica, tendo como perspectiva o racismo estrutural e sua relação com o conceito de necropolítica. Segundo Mbembe (2018), necropolítica consiste no poder do Estado sobre a morte das pessoas, nas políticas de controle social pela morte.

A metodologia utilizada neste artigo consiste em uma pesquisa bibliográfica, na qual se procurará explicar o fenômeno por meio da análise privilegiada das seguintes obras: “Racismo Estrutural” (Almeida, 2019), “O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado” (Nascimento, 1978), “Necropolítica” (Mbembe, 2018), assim como um exame apurado dos dados referentes ao assassinato de jovens negros no Brasil.

A partir deste exame bibliográfico das obras referidas, juntamente com os dados sobre os números de assassinatos de jovens negros no Brasil, pretende-se relacioná-los de forma a explicar os altos índices de homicídios desta parte específica da população. Ou seja, a partir do estudo dos conceitos, apresentar as razões pelas quais tantos jovens negros são vítimas da violência policial.

2 O GENOCÍDIO DO NEGRO BRASILEIRO

A obra “O Genocídio do Negro Brasileiro” é uma das mais renomadas do dramaturgo Abdias do Nascimento (1978), uma importante voz de denúncia contra o racismo e o assassinato de negros no Brasil. Em sua obra, é desvelada de forma nua e crua toda esta realidade vergonhosa, na qual a nação está mergulhada desde a chegada dos primeiros africanos pela migração forçada ao país nos navios negreiros pelos traficantes portugueses.



O Brasil foi o país dentro do continente americano que mais recebeu negros vindos da África (IBGE, 2007, p. 81). Diferente do que muitas vezes é colocado, de que a escravidão no Brasil e na América Espanhola era mais “humanizada” do que na América “Inglesa”, e de que havia uma relação de benevolência dos senhores de escravos, a realidade fática desmente tal afirmação (Nascimento, 1978, p. 51-52). Pois não foi o fato de a coroa portuguesa e a espanhola serem católicas que fez com que seus súditos vivessem segundo o fundamento cristão de amor ao próximo e cuidado aos mais marginalizados da sociedade.

Nesta questão, é importante destacar que, apesar dos princípios morais da sociedade daquela época, que era maioritariamente católica, o princípio do amor ao próximo e da dignidade da pessoa humana não foram utilizados para condenar a escravidão. Pelo contrário, essa sociedade passou a comprar cada vez mais negros vindos da África para fazer deles escravos, e assim fizeram da escravidão e da mão de obra escrava a espinha dorsal do Brasil (Nascimento, 1978, p. 49).

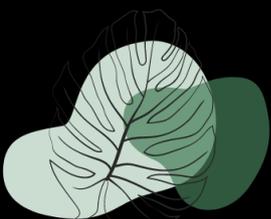
Este sistema de escravidão foi acompanhado de um processo cruel e marcante de torturas contra negros/as, em que a violência se fazia sistemática e corriqueira, com assassinatos decorrentes direta ou indiretamente dessas agressões, além do sistema de trabalhos forçados e exaustivos.

Neste processo de exploração e desumanização, estava presente a exploração sexual das mulheres africanas e a perseguição à cultura africana, que foi responsável pela formatação de um processo de discriminação contra a população negra, que não se restringiu apenas ao período escravocrata (Nascimento, 1978).

3 O GENOCÍDIO CONTRA A JUVENTUDE NEGRA E A VIOLÊNCIA POLICIAL NOS DIAS ATUAIS

Essa violência, mesmo depois do fim da escravidão, perpetuou-se no Brasil, especialmente pelas mãos dos policiais e agentes de segurança. Em uma nação em que cerca de dois terços de sua história foi escravocrata, o estigma da violência continua vivo. A juventude negra é frequentemente detida, agredida e assassinada sob a justificativa de manter a segurança da sociedade, conforme o discurso oficial do Estado que legitima o assassinato de jovens negros, especialmente nas periferias das grandes cidades.

A violência continua sendo a principal causa de morte da juventude no Brasil, conforme o Atlas da Violência de 2021:



Com efeito, no Brasil a violência é a principal causa de morte dos jovens. Em 2019, de cada 100 jovens entre 15 e 19 anos que morreram no país por qualquer causa, 39 foram vítimas da violência letal. Entre aqueles que possuíam de 20 a 24, foram 38 vítimas de homicídios a cada 100 óbitos e, entre aqueles de 25 a 29 anos, foram 31. Dos 45.503 homicídios ocorridos no Brasil em 2019, 51,3% vitimaram jovens entre 15 e 29 anos. São 23.327 jovens que tiveram suas vidas ceifadas prematuramente, em uma média de 64 jovens assassinados por dia no país (Brasil, 2021, p. 27)

Os estados do norte e do nordeste do Brasil despontam entre os estados com maior número de jovens assassinados, e como apontam dados do Atlas da Violência de 2021, os negros são as maiores vítimas da violência no Brasil:

Em 2019, os negros (soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios, com uma taxa de homicídios por 100 mil habitantes de 29,2. Comparativamente, entre os não negros (soma dos amarelos, brancos e indígenas) a taxa foi de 11,2 para cada 100 mil, o que significa que a chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra. Em outras palavras, no último ano, a taxa de violência letal contra pessoas negras foi 162% maior que entre não negras. Da mesma forma, as mulheres negras representaram 66,0% do total de mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 4,1, em comparação a taxa de 2,5 para mulheres não negras (Brasil, 2021).

Cresce igualmente o número de homicídios em decorrência de ação policial. Somente em 2018, o número de homicídios decorrentes de ação policial chegou a 6.220, sendo 99,3% das vítimas homens, 77,9% jovens (15 a 29 anos) e 75,4% negros (Brasil, 2021, p. 8).

É possível observar claramente que os homicídios decorrentes de violência policial seguem um padrão de idade, cor e sexo: são jovens, negros e do sexo masculino. Entre os policiais vítimas de homicídio, 65,1% são negros, embora apenas 44,9% do efetivo policial no país seja composto por negros (Brasil, 2021, p. 8).

Os altos índices de assassinatos de jovens negros em decorrência da violência policial vêm sendo denunciados pelo movimento negro como uma realidade de verdadeiro genocídio em terras brasileiras.

4 RACISMO ESTRUTURAL

Diante de tal perspectiva, uma pergunta não pode ficar sem resposta: por que no Brasil se matam tantos jovens negros e por que essas mortes são banalizadas na sociedade? Muitas vezes, elas não são apenas banalizadas, mas até mesmo apoiadas e defendidas por uma camada representativa da sociedade.



Frente a tal questionamento, é importante destacar a principal causa: o racismo.

O racismo, mais uma vez, permite a conformação das almas, mesmo as mais nobres da sociedade, à extrema violência a que populações inteiras são submetidas, que se naturalize a morte de crianças por “balas perdidas”, que se conviva com áreas inteiras sem saneamento básico, sem sistema educacional ou de saúde, que se exterminem milhares de jovens negros por ano, algo denunciado há tempos pelo movimento negro como genocídio. (Almeida, 2019, p. 75-76).

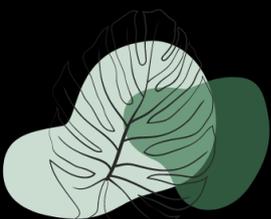
O racismo é um fenômeno presente e fundante da sociedade, de forma que “ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade” (Almeida, 2019, p. 15). Desta forma, o assassinato de jovens negros, enquanto realidade candente, pode ser compreendido a partir da análise do racismo estrutural. O racismo estrutural é o que permite e oferece os mecanismos necessários para afirmar e justificar o genocídio da juventude negra em âmbito cultural, político e jurídico na sociedade.

O racismo cria uma imagem e uma identidade dos negros junto à sociedade a partir da concepção de raça. A concepção de raça só passou a ser utilizada para designar pessoas a partir do século XVI, tendo o europeu como modelo universal do que é ser homem, do que é ser humano (Almeida, 2019, p. 75-76).

Essa concepção de raça para pessoa foi amplamente difundida no processo de colonização, como forma de subjugar os colonizados e escravizados. Essa ideia se manteve nas antigas colônias, ao colocar negros como seres humanos de segunda classe e sob um estereótipo racista de identificação, que tem o corpo e a cor como identificação do ser.

Mas a verdade é que, no caso brasileiro, o corpo da pessoa também se impõe como uma marca visível e é frequente privilegiar a aparência como condição primeira de objetivação e de julgamento, criando uma linha demarcatória, que identifica e separa, a despeito das pretensões de individualidade e de cidadania do outro. Então, a própria subjetividade e a dos demais esbarram no dado ostensivo da corporeidade cuja avaliação, no entanto, preconceituosa. (Santos, 2000, s/p).

A ação policial, segundo a Constituição Federal, tem por finalidade a manutenção da ordem pública. No entanto, é preciso frisar que cada policial é um indivíduo e, no exercício de seu trabalho, traz consigo suas concepções de vida e as convicções de suas corporações. Há uma visão muito difundida na sociedade de que as mais diversas questões sociais são questões de segurança pública, são questões de polícia. A pobreza e a miséria passam a ser tratadas como questões de intervenção



militar, e são os negros que mais sofrem com a pobreza e a miséria, conseqüentemente sendo eles as principais vítimas dessa intervenção. Dessa forma, a pobreza é atacada com bala.

A juventude negra não é vista como vítima de um sistema neoliberal voraz, mas é tomada como a causadora das mazelas, como os inimigos. Isso justifica o fato de que tenham suas vidas ceifadas, pois, no imaginário popular, os jovens negros são criminosos em potencial, suspeitos que podem atacar a qualquer momento, que podem violar a segurança das pessoas não negras de “bem”.

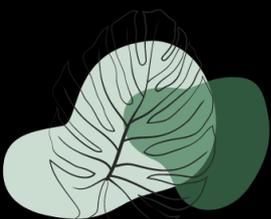
5 NECROPOLÍTICA

Necropolítica é um importante conceito desenvolvido pelo filósofo camaronês Achille Mbembe no livro “Necropolítica” (2018), que está associado à ideia de biopoder de Foucault (FOUCAULT, 2010), porém a supera. Enquanto Foucault (2010) discorre sobre o poder do Estado sobre a vida das pessoas, Mbembe (2018) vai além, pois ele aponta o poder do Estado sobre a morte das pessoas, isto é, as políticas de controle social pela morte. Ele faz isso trabalhando dois outros conceitos: o estado de exceção e o estado de sítio, que possibilitam ao Estado dispor da vida dos seus cidadãos de forma indiscriminada em determinadas situações e locais.

Quando Mbembe (2018) relaciona esses três conceitos, tem-se a realidade de um estado de exceção, onde, por medo de um ataque iminente, justifica-se uma política de assassinato, isto é, “o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar” (Mbembe, 2018, p. 17). Dessa forma, a sociedade e o Estado, em seu braço militar, encontram-se em constante estado de exceção, em constante estado de sítio.

Necropolítica não consiste apenas na compreensão de que o Estado exerce o poder de morte de forma direta, mas também no fato de deixar morrer. Isso pode ser visto, por exemplo, nos altos índices de pessoas que morrem na fila de hospitais por falta de assistência médica, ou quando pessoas que residem nas periferias ou bairros pobres não têm acesso a saneamento básico.

As áreas periféricas brasileiras são tratadas como zonas de guerra pelo Estado e pela segurança pública, áreas onde se travam batalhas contra as drogas e a criminalidade; são locais em que as leis e as garantias fundamentais são desrespeitadas, sendo tomadas como “verdadeiras colônias” nas quais as leis da metrópole não chegam, onde se encontram os bárbaros, os não-humanos. A violência policial nas comunidades periféricas é tamanha que, durante a pandemia da Covid-19, o ministro Edson Fachin determinou a suspensão das ações policiais nas comunidades



do Rio de Janeiro, assim como o Supremo Tribunal Federal determinou em fevereiro de 2022, por unanimidade, que o estado do Rio de Janeiro tenha um plano para conter a letalidade policial nas ações (Guimarães; Tadeu, 2022).

6 PASTORAL AFRO-BRASILEIRA

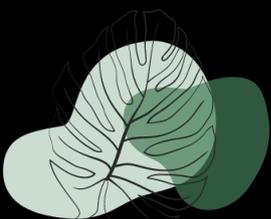
A Pastoral Afro-Brasileira (PAB) é uma pastoral pertencente à Igreja Católica que tem como marco de seu nascedouro a Campanha da Fraternidade (CF) de 1988, cuja temática foi “Fraternidade e o Negro” e tinha como lema “Ouvi o clamor deste povo” (Oliveira, s.d., p. 2). A campanha foi realizada em vista do centenário da abolição da escravatura no Brasil com a assinatura da Lei Áurea pelas mãos da princesa Isabel, regente do Brasil. A Campanha da Fraternidade de 1988 marcou uma tomada de posição institucional da Igreja Católica no Brasil, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em favor das causas do povo negro no âmbito eclesial e social.

7 O PROFETISMO

A PAB, enquanto pastoral social, tem como método o ver, julgar e agir (Oliveira, s.d., p. 2). E é através deste método que ela exerce uma das suas marcas mais fortes: o profetismo, isto é, o anúncio e a denúncia. O anúncio da boa nova trazida por Jesus Cristo e a denúncia de tudo aquilo que é contrário ao projeto de Jesus, de vida e vida em abundância.

Um marco da vivência do profetismo da Pastoral Afro-Brasileira encontra-se em sua gênese, com a celebração da Missa dos Quilombos na cidade do Recife-PE, no dia 22 de novembro de 1981, em homenagem aos 286 anos do martírio de Zumbi dos Palmares. Na Missa dos Quilombos, não apenas estavam presentes os elementos próprios da cultura afro-brasileira, como também foram feitas importantes falas de denúncia aos sofrimentos e mazelas da população negra brasileira por parte dos bispos que celebraram a Eucaristia.

A Missa dos Quilombos foi celebrada por importantes nomes do episcopado brasileiro, que tinham uma atuação muito forte no Brasil, que naquele momento da história brasileira vivenciava o período da ditadura militar (1964-1985). Entre eles: Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife; Dom Pedro Casaldáliga, da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT); e Dom José Maria Pires, arcebispo da Paraíba (Rafael, 2021).



A Missa dos Quilombos foi profética desde o início, pois foi celebrada mesmo em meio a ameaças de bomba. O local onde a missa foi celebrada era muito significativo, pois foi na mesma praça onde, quase trezentos anos antes, Zumbi dos Palmares teve a sua cabeça exposta pelo bandeirante Domingos Jorge Velho, na Praça do Carmo. A missa reuniu em torno de seis mil pessoas, segundo as publicações jornalísticas da época (Rafael, 2021).

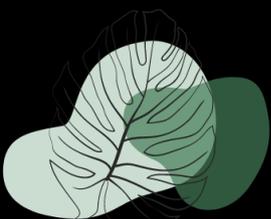
O fato de o presidente da celebração ser um bispo negro marcava uma mudança de tempo e posicionamento da Igreja Católica na época. Não apenas pelo fato de que quem ocupou a presidência da celebração ter sido um bispo negro, mas também porque Dom José Maria Pires, em sua homilia, exaltou o orgulho que os negros e negras deviam ter de sua negritude, denunciou e pediu perdão pelo silêncio da Igreja frente aos horrores da escravidão, além de exaltar um novo modo de ser Igreja.

Pretos, meus irmãos, estamos presenciando, hoje e aqui, os sinais de uma nova aurora que vem despertar para a Igreja de Jesus Cristo. No passado, ela não se mostrou suficientemente solidária com a causa dos escravos. Não condenou a escravidão do negro, não denunciou as torturas, não amaldiçoou o pelourinho, não abençoou os quilombos, não excomungou os exércitos que se organizaram para combatê-los e destruí-los. A igreja não estava com os negros, e hoje parece que começa a estar. Começa a nos querer bem, a respeitar nossa cultura e não tratá-la mais como grosseira superstição. A Igreja começa a ficar do nosso lado e a nos ajudar a ressuscitar a nossa memória histórica, a incentivar a nossa organização (Rafael, 2021).

Na Missa dos Quilombos, a oração de Dom Helder Câmara direcionada à Virgem Maria também foi de grande importância. Ele se dirigiu a ela sob a invocação de Mariama, colocando-a como mãe de todas as raças e suplicando pelo comprometimento da Igreja e da CNBB com a causa dos negros. Dom Helder pediu o fim da fabricação de armas, das injustiças e da miséria (Rafael, 2021).

8 A PASTORAL AFRO-BRASILEIRA E O ASSASSINATO DA JUVENTUDE NEGRA

O crescente número de jovens negros assassinados no Brasil nos últimos anos, especialmente devido à violência policial, e a banalização desses assassinatos são uma das principais bandeiras de combate da PAB. Essa realidade ficou ainda mais evidente com os protestos que se espalharam pelo mundo contra a violência policial e o racismo após o assassinato de George Floyd, em Minneapolis (EUA), cometido por um policial branco em 2020 (Mylene, 2020).



Os protestos contra o assassinato de George Floyd ressoaram por todo o mundo com a afirmação "Black Lives Matter". Pois não era apenas um caso isolado, mas, ao contrário, mais um assassinato fruto do racismo estrutural presente no país norte-americano, assim como no Brasil.

Diante do assassinato de George Floyd nos EUA e os protestos dele decorrentes, mais uma vez a Pastoral Afro-Brasileira veio a público através de uma nota assinada pelo Padre José Enes de Jesus, assessor da PAB-CNBB, e Dom Zanoni Demettino Castro, Arcebispo de Feira de Santana (BA) e Bispo Referencial da PAB-CNBB, para proclamar que vidas negras importam. A nota denunciou mais uma vez que o Brasil é um país racista e que a população negra, especialmente a juventude, vive um verdadeiro processo de genocídio que faz parte da política do governo brasileiro (Afro-brasileira, 2020).

Não é possível calar diante dos processos históricos de banalização e destruição das vidas dos negros e negras. Esta realidade nefasta, originada na escravidão, ainda pesa sobre o povo negro e se manifesta de diferentes formas na sociedade. É um verdadeiro holocausto, justificado pelo odioso racismo que matou e continua exterminando negros e negras. "Vidas negras importam sim", é o nosso clamor, o grito seco de nossa garganta, que de forma alguma pode se ausentar da nossa missão evangelizadora. (Afro-brasileira, 2020).

Na realização da 25ª edição da peregrinação da Pastoral Afro-Brasileira a Aparecida-SP, no altar central do Santuário Nacional, Dom Zanoni celebrou a Eucaristia, onde estavam presentes os elementos da cultura afro-brasileira. Em sua homilia, ele abordou a questão do racismo brasileiro, das desigualdades e do processo de genocídio contra a juventude negra (Aparecida, 2021).

Em sua homilia, Dom Zanoni fez memória aos 40 anos da Missa dos Quilombos, lembrando a homilia feita por Dom José Maria Pires e a oração de Dom Helder Câmara, Mariama. Dessa forma, ele mostrou que o profetismo da Pastoral Afro-Brasileira não havia morrido e reafirmou o compromisso da PAB com a realidade atual, destacando sua consciência de que o racismo é uma realidade fundante da nação.

9 CONCLUSÕES

O desenvolvimento deste artigo científico buscou abordar o assassinato de jovens negros no Brasil pela violência policial na perspectiva do racismo estrutural. Esta é uma temática de relevância acadêmica e social, e tem sido apontada há muitos anos como uma mazela da sociedade brasileira.



Ainda que os assassinatos de jovens negros sejam um fato histórico, esta pesquisa buscou ir além da análise dos dados, compreendendo como essa realidade se fundamenta e persiste no Brasil, mesmo após tantos anos. Utilizou-se o racismo estrutural como perspectiva de análise. Desta forma, toda a pesquisa foi desenvolvida com a linha mestra de que o racismo é sempre estrutural, estando contido nos aspectos históricos, culturais, políticos e econômicos.

Foi possível desenvolver o estudo de conceitos-chave como necropolítica e racismo estrutural, tendo o Brasil como campo de análise desses fatores ao se estudar o tema presente. Pode-se afirmar com este artigo científico que o Brasil é um país racista, forjado sobre a escravidão, e que esta produziu efeitos políticos, econômicos e culturais que implicam diretamente nos dados sobre a violência policial contra jovens negros.

Porém, se o racismo é fruto de uma construção histórica, ele também pode ser desconstruído. Nessa perspectiva, a Pastoral Afro-Brasileira é de fundamental importância, pois desempenha um papel não apenas de denúncia, mas também de resistência e valorização da cultura afro, exaltando a negritude.

REFERÊNCIAS

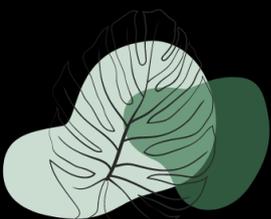
AFRO-BRASILEIRA, **Movida por protestos, pastoral afro-brasileira divulga nota: vidas negras importam**. CNBB, cidade de publicação, 2020. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/movida-por-protestos-pastoral-afro-brasileira-divulga-nota-vidas-negras-importam/>. Acesso em: 15 mar. 2022.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf Acesso em: 04 mar. 2021.

BRASIL, Senado Federal. **CPI assassinato de jovens**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-do-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens>. Acesso em: 04 mar. 2021.

BRASIL. **Atlas da Violência 2021**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. p. 27. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2022.



BRASIL. **Atlas da Violência**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2019. p. 49. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/downloads/6537-atlas2019.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2021.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GUIMARÃES, Neila; TADEU, Vinícius. **Por unanimidade, STF diz que Rio deve criar plano para conter letalidade policial**. CNN Brasil, cidade de publicação, 02 mar de 2022. Disponível em: <https://alpha.cnnbrasil.com.br/nacional/por-unanimidade-stf-diz-que-rio-deve-criar-plano-para-conter-letalidade-policial/>. Acesso em: 18 mar. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv6687.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. N-1 Edições, 2018.

MYLENE GUERRA E PAULO TOLEDO PIZA. **CNNBRASIL**. São Paulo: CNNBRASIL, 2020. Protestos pela morte de George Floyd seguem pelo sexto dia seguido nos EUA. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/protestos-contr-a-morte-de-george-floyd-acontecem-por-todo-os-estados-unidos/>. Acesso em: 19 abr. 2023.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, Camila Moraes de. **A gênese da pastoral afro-brasileira (pab) e sua atuação em prol da questão racial**. Revista Neiab, s.d. Disponível em: <http://sites.uem.br/neiab/revista-neiab/7-3.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SANTOS, Milton. **Ser negro no Brasil hoje**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 07 de mai de 2000. mais. Disponível em: <https://www1.flha.uol.com.br/fsp/mais/fs0705200007.htm>. Acesso em: 04 mar. 2021.

SANTUARIO NACIONAL DE APARECIDA. **Missa / Santuário Nacional de Aparecida**. YouTube, 06 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xjug9kKr-T4>. Acesso em: 20 nov. 2021.

Enviado em: 12/05/2023
Aceito em: 13/11/2023